

Conselho de Administração Mauro Ricardo Machado Costa Presidente	Conselho Fiscal Cláudio Luiz Pacheco Presidente
Carlise Kwiatkowski Eduardo Fernandes Paim Anderson Gil Ramos Bastos Walter Fernando Piazza Junior	Luciano Kulka Ribas Reinaldo Luz Ceia de Souza
Diretoria Executiva Fernando Ghignone – Diretor Presidente José Roberto Gomes Paes Leme – Diretor Técnico Comercial Fábio Augusto Norcio – Diretor de Administração e Finanças	
Contador Marcelo Pereira da Silva CRC-PR 034803/O-0	

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2016

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.ªs o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016.

Conjuntura Econômica

O setor de gás natural no país passa por um momento de transformações e em 2016 o mercado brasileiro ganhou uma atenção especial com o Programa Gás para Crescer, criado pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Com o objetivo de endereçar as mudanças que o setor precisa para se desenvolver, o Ministério realizou uma consulta pública contemplando pleitos de produtores, transportadores, distribuidores e, o mais importante, dos consumidores que sustentam toda a cadeia de consumo do combustível. Tais reações foram, em grande parte, resultado do plano de desinvestimento da Petrobras, já em andamento e que deve se estender até 2019.

Para atender a consulta pública, os principais agentes do setor se juntaram na busca por soluções para os desafios relacionados à abertura do mercado. A Compagas participou de grupos de discussões e encaminhou propostas para o Ministério. Além do MME, coordenam o Programa a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Os principais objetivos do Gás para Crescer concentram-se na busca pela diversificação da oferta de gás natural ao mercado brasileiro, na possível mudança do modelo tarifário do transporte do combustível, e com isso, mais interessados em investir na ampliação da malha de gasodutos. A Compagas acredita que esta iniciativa possibilitará uma maior transparência ao setor, principalmente quanto à composição dos custos do gás natural, além de garantir ao país um gás mais competitivo, fortalecendo a indústria nacional, atraindo novos investimentos e ampliando ainda mais a participação do gás natural na matriz energética brasileira.

Além deste programa, outros temas tomaram conta do cenário nacional no ano, como as tratativas de renovação do contrato de suprimento com a Bolívia e a discussão do novo modelo de contratação da parcela de transporte do gás natural oriundo do gasoduto Bolívia-Brasil. Todas as decisões tomadas nestes cenários são de extrema importância pois devem impactar o mercado nacional e também as concessionárias distribuidoras do combustível.

No que se refere ao consumo de gás natural no país, 2016 continuou marcado pela desaceleração econômica. Os segmentos mais sensíveis a este cenário, como o industrial e o de geração elétrica, são os que tiveram as maiores retrações. No entanto, de acordo com a Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), as distribuidoras não deixaram de investir e o volume médio acumulado nos segmentos residencial, comercial e veicular chegou a superar, por alguns meses do ano, a média do ano inteiro de 2015, como um sinal de como as pessoas e os empreendedores veem o gás natural como uma solução energética prática, eficiente e segura.

O volume de gás natural comercializado em todo o país foi 20% menor que em 2015, alcançando uma média diária de 61,4 milhões de metros cúbicos (m³) por dia, ante 77,1 milhões de m³ do ano anterior. O segmento industrial manteve a trajetória descendente com uma retração de 9% na comparação com 2015, cogeração apresentou recuo de 5% e matéria-prima de 11%. A geração elétrica teve queda de 42%, apontando que a desaceleração da economia e da indústria seguem impactando o mercado de gás natural brasileiro.

Os segmentos de varejo seguiram na contramão e comprovaram que a economia e a praticidade do gás natural seguem atraindo novos e mais consumidores pelo país. O setor residencial cresceu 14% e no comercial a alta foi de 4%. O consumo de Gás Natural Veicular (GNV) também aumentou. O crescimento de 3% neste mercado é um indicador de que o combustível veicular segue competitivo frente aos combustíveis líquidos.

O número de consumidores de gás natural em todo o país cresceu 7%, superando a marca de 3 milhões, e a extensão da rede de distribuição ultrapassou os 31,8 mil quilômetros em todos os estados que distribuem o gás canalizado. Os dados do mercado nacional apresentados neste relatório são do levantamento estatístico da Abegás, realizado com concessionárias de 20 estados, reunindo dados na indústria e nos segmentos residencial, comercial e automotivo, entre outros.

Desempenho da Compagas

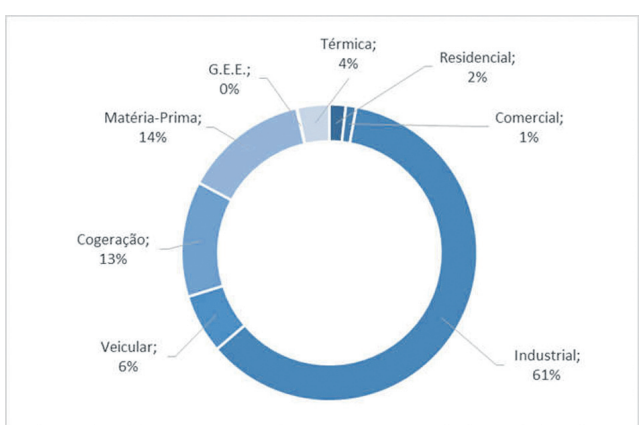
Em 2016, o volume de vendas da Compagas atingiu a média anual de 1.301.323 m³/dia. Em relação a 2015, a média total teve queda de 52%. Se excluirmos o volume vendido para a Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA), o mercado não térmico apresentou retração de 10% em relação ao ano anterior, sendo os segmentos residencial, comercial e matéria-prima os únicos setores que se mantiveram com crescimento durante o ano. O mercado industrial continua em desaceleração e afeta a economia nacional. No Paraná, o volume de gás comercializado para o setor foi menor em função da queda de produção e do fechamento de empresas do segmento. No mercado nacional a demanda de gás para a geração de energia nas térmicas caiu e no Paraná o cenário não foi diferente. O suprimento de gás natural à UEGA teve queda em 2016 e alcançou uma média anual de 42.185 m³/dia. Este volume é 96% menor que a média anual registrada em 2015 quando a UEGA estava ligada para atender o Sistema Interligado Nacional, devido à crise hídrica pela qual o país passava.

COMERCIALIZAÇÃO DE GÁS NATURAL NO PARANÁ – 2015/2016

Comercialização (m³/dia)	Média 2015 (m³/d)	Média 2016 (m³/d)	2015/2016 (%)
Residencial	18.071	23.251	29%
Comercial	14.412	15.098	4%
Industrial	927.125	795.032	-14%
Veicular	86.031	84.738	-1%
Cogeração	198.251	161.264	-17%
Matéria-Prima	170.225	178.926	5%
G.E.E.	1.174	831	-24%
Total mercado não térmico	1.415.289	1.259.140	-10%
Térmica	1.316.754	42.185	-96%
Total comercializado	2.732.043	1.301.325	-52%

No ano, a térmica respondeu por cerca de 4% de todo o gás distribuído pela Compagas. O segmento industrial representou 61% do total de gás natural comercializado pela Compagas em 2016, seguidos pelos segmentos de matéria-prima com participação de 14%, cogeração de 13%, do veicular representando 6% do volume total, e dos setores residencial e comercial, que somam 3%.

PARTICIPAÇÃO NO VOLUME MÉDIO DIÁRIO POR SEGMENTO (%)



Na comparação nacional, o volume comercializado pela Compagas correspondeu a 2,2% do total de gás natural vendido no país. A representatividade foi 1,3 pontos percentuais menor do que a registrada em 2015. Entre os estados do Sul, a Compagas registrou a menor média anual, sendo a responsável por 27% do volume de gás natural distribuído no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em relação ao ano anterior a representatividade no Sul caiu.

Distribuição de Gás	2015 (%)	2016 (%)
Brasil	3,5	2,2
Região Sul	40	27
Paraná	100	100

Com crescimento de 14% em 2016, a base de clientes da Compagas apresentou a entrada de operação de mais de 4,3 mil novos consumidores, totalizando 36.189 clientes, com destaque para o segmento residencial, que superou a marca de 35 mil unidades com o fornecimento de gás natural, representando mais de 98% da base de clientes da Companhia.

CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CLIENTES POR SEGMENTO - 2015/2016

Segmentos atendidos	2015	2016	2016/2015 (%)
Residencial	31.158	35.528	14%
Comercial	436	458	5%
Industrial	149	157	5%
Veicular	37	36	-3%
Cogeração	2	2	0%
Matéria-Prima	3	3	0%
G.E.E.	4	4	0%
Total mercado não térmico	31.789	36.188	14%
Térmica	1	1	0%
Total	31.790	36.189	14%

Desempenho dos Negócios

Em 31 de dezembro de 2016 a Compagas atendia a 36.189 unidades consumidoras, sendo 157 indústrias, 36 postos de Gás Natural Veicular, 458 estabelecimentos comerciais, 35.528 residências, 2 empresas com cogeração, 3 empresas que utilizam o gás natural como matéria-prima, 4 empresas com geração de energia elétrica em horários de ponta e 1 que utiliza o gás para geração elétrica, a Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA).

A média anual das vendas de gás foram de 1.301.325 m³/dia, assim distribuídas: industrial – 795.032 m³/dia; cogeração – 161.264 m³/dia; matéria-prima – 178.926 m³/dia; geração de energia elétrica – 831 m³/dia; veicular – 84.738 m³/dia; comercial – 15.098 m³/dia; residencial – 23.251 m³/dia e Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA) – 42.185 m³/dia.

O LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) foi de R\$ 30,6 milhões, correspondendo a 6,31% sobre a receita operacional líquida. O resultado líquido da Companhia em 2016 foi de R\$ 4,95 milhões.

Investimentos

Em 2016, a Compagas realizou obras com o objetivo de expandir a rede de distribuição nos municípios já atendidos pela Companhia além de interiorizar a utilização do gás natural. No período, a malha de dutos cresceu 18 km, alcançando a marca de 800 km. Este crescimento exigiu um investimento total de mais de R\$ 25 milhões.

O maior investimento foi concentrado para a saturação da rede existente nos municípios que contam com a rede de gás canalizado. No mercado urbano foram investidos R\$ 6,8 milhões para a construção de 10,5 km de rede e para a ligação de mais de 4,4 mil empreendimentos residenciais e comerciais. No setor industrial, mais de R\$ 2,9 milhões foram direcionados para a execução de mais de 3,8 km de ramais e projetos para ligação de 12 clientes.

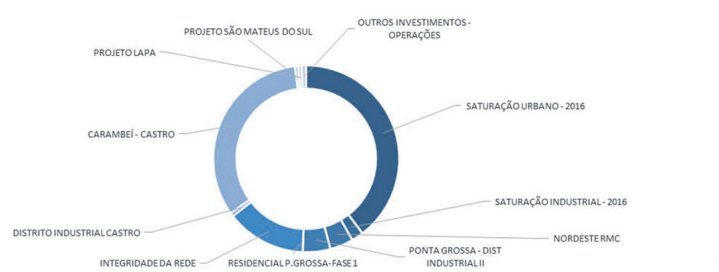
A Região dos Campos Gerais também recebeu investimentos da Compagas. Em 2016 foram aplicados mais de 1,4 milhões para cumprir o trecho de 2 km das obras da primeira fase do projeto que vai levar gás natural ao segmento residencial em Ponta Grossa. E mais de R\$ 6,6 milhões foram direcionados para a finalização das obras que levarão o gás natural ao Distrito Industrial II de Ponta Grossa, a Carambeí e Castro.

Na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) foram executados 1,4 km de rede para a construção do ramal Capela Velha em Araucária, com investimento total de R\$ 1 milhão. Este projeto visa atender, inicialmente, três condomínios do bairro Capela Velha, totalizando mil apartamentos, a partir de outubro de 2017.

Ainda na Região Metropolitana da capital paranaense, cerca de R\$ 700 mil foram destinados às obras de ramais do Projeto Nordeste RMC, que contempla os municípios de Colombo, Quatro Barras, Pinhais e Campina Grande do Sul. Outros R\$ 190 mil foram direcionados para os projetos que visam ligar a rede de distribuição aos municípios de São Mateus do Sul e Lapa.

A Compagas investiu mais de R\$ 2,4 milhões em obras de integridade de rede para garantir a operação e o fornecimento contínuo de gás natural a todos os clientes da Companhia. Todos os serviços contaram com o acompanhamento de profissionais da Compagas.

DISTRIBUIÇÃO DE INVESTIMENTOS



Captação de Recurso

Para financiar parte do plano de investimentos, a Compagas contratou em 2015 um financiamento junto ao BNDESPAR no valor de R\$ 33 milhões para execução de uma parte do ramal Distrito Industrial Ponta Grossa II e para os ramais que interligam os municípios de Carambeí e Castro. Em 2016 foram liberados para a Companhia o valor de R\$ 23,7 milhões. Os demais valores estão previstos para serem liberados ao longo do ano de 2017.

Licenças Operacionais e Estudos Ambientais

Para a execução e operação de seus projetos de expansão da rede de distribuição de gás natural, em 2016, a Compagas obteve a Licença Prévia do Projeto que vai interligar a rede de distribuição nos municípios de Araucária, Lapa e São Mateus do Sul e a Licença de Operação para o Projeto que liga a rede aos municípios de Ponta Grossa, Carambeí e Castro. Foram concedidas as renovações de três licenças de operação para ramais em Curitiba, Araucária, São José dos Pinhais, Campo Largo, Balsa Nova, Palmeira e Ponta Grossa, além de quatro autorizações ambientais para ramais de atendimento a clientes.

No ano, a Companhia iniciou a execução dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) referentes ao Projeto Curitiba III – que prevê o abastecimento com a rede de distribuição de gás natural a mais bairros da capital paranaense -, e ao Projeto de Expansão do Município de Castro - que prevê o atendimento às indústrias localizadas Distrito Industrial I da localidade.

Indicadores Operacionais

A Companhia encerrou o ano de 2016 com uma rede de distribuição de gás de 800 km, atendendo os municípios de Araucária, Balsa Nova, Campo Largo, Curitiba, Palmeira, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande, Londrina, Colombo, Quatro Barras, Pinhais, Campina Grande do Sul, Carambeí e Castro. Esta rede, composta de 471 km de aço carbono e de 328 km em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), foi construída para oferecer aos seus clientes um elevado grau de confiabilidade no abastecimento.

Visando a segurança e o fornecimento contínuo de gás natural, a Compagas realizou diversas ações de manutenção da rede de distribuição do combustível, incluindo manutenção preventiva, inspeções de rede, atuação em interferências de terceiros, sinalização da rede, sistemas de medição e proteção catódica, as quais contribuíram para a redução dos períodos de desconexão no fornecimento de gás natural e no tempo de atendimento de cada interrupção, conforme apresentados nos indicadores do quadro abaixo.

Indicadores Operacionais	2014	2015	2016
DEG	19 min	16 min	1 min
FEG	0,05	0,04	0,01
TAI	29 min	27 min	20 min
Perdas (%)	0,52	0,66	0,36

DEG = Duração equivalente de interrupção de gás (intervalo de tempo que cada consumidor sofreu desconexão no suprimento de gás)

FEG = Frequência equivalente de interrupção de gás (nº médio de interrupções em cada consumidor)

TAI = Tempo de atendimento de interrupção (intervalo médio entre o horário da solicitação de atendimento da ocorrência e o horário de chegada ao local)

Perdas = Perdas de operação-manutenção-medição (Percentual do volume faturado no ano).

Além do atendimento através da rede de distribuição, o gás natural chega a Paranaguá, Castro e São Mateus do Sul por meio do Gás Natural Comprimido (GNC). No total, a Compagas está presente em 17 municípios do estado e mantém seu objetivo de chegar a cada vez mais regiões.

Administração

Gestão do Capital Humano

Parte fundamental para o desenvolvimento da Companhia, o quadro de profissionais da Compagas é formado por 182 colaboradores, sendo 162 pessoas do quadro de empregados concursados. Além disso, a Companhia conta com empresas contratadas mediante processo licitatório que prestam serviços em atividades como leitura de medidores, manutenção, vigilância e zeladoria, armazenagem e movimentação e materiais, entre outros.

A Compagas destinou mais de R\$ 5,9 milhões para pagamentos de benefícios aos seus empregados, contemplando valores para Assistência Médica, Vale-Alimentação/Refeição, Seguro de Vida, Previdência Complementar, Auxílio Creche/Educação, entre outros.

Visando a qualificação e o desenvolvimento dos seus empregados, a Compagas investiu mais de R\$ 150 mil em mais de 3 mil horas em treinamento e capacitação dos seus colaboradores. Ao todo, foram realizados 59 eventos

de treinamento, com 115 participações, e uma média de 17,3h de treinamento por empregado.

A Compagas possui o Programa de Assistência Educacional que reembolsa cursos de pós-graduação do tipo *lato sensu* e *stricto sensu* para funcionários em carreira de nível superior com tempo de serviço igual ou superior a 12 meses. Em 2016, nove funcionários foram beneficiados pelo programa, totalizando um investimento de R\$ 82,3 mil.

A Compagas ainda concede bolsas de estudo para aprendizado da língua estrangeira, visando estimular o desenvolvimento das pessoas e atender as necessidades e interesses da Companhia. No ano, nove empregados usufruíram deste benefício ofertado pela Compagas, totalizando um reembolso de R\$ 11,5 mil.

Qualidade de Vida, Saúde e Segurança

Em 2016, a Compagas deu continuidade aos programas que visam auxiliar na saúde e qualidade de vida dos seus colaboradores. No ano, cerca de 60% dos funcionários foram beneficiados pelo Programa Saúde a Todo Gás, que prevê o auxílio e o incentivo à prática da atividade física e mais 22 funcionários participaram do Programa de Incentivo à Prática Desportiva - Sportgás, que trata da participação em corridas de rua.

Para cuidar da saúde de seus colaboradores, a Compagas possui o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), em Parceria com a Fundação Copel, para a realização de consultas e exames que possam afetar a capacidade e produtividade no trabalho. Em 2016 foram realizados exames periódicos em 161 funcionários do quadro próprio.

Preocupada com a segurança de sua rede de distribuição e da comunidade em geral, em 2016, a Compagas executou ações que explicam os métodos de construção e os procedimentos de segurança adotados pela Companhia nas comunidades próximas ao traçado da rede de distribuição durante as obras de construção para moradores e comerciantes locais. A equipe de segurança do trabalho realizou mais de 1.000 inspeções ao longo das obras e serviços da Compagas, que geraram um total de 332 Relatórios de Inspeção de Segurança (RIS) com problemas, desvios e/ou não conformidades. Vale destacar que todas as atividades em campo são realizadas por funcionários ou terceiros que tenham participado de treinamentos sobre procedimentos relacionados à saúde e segurança no trabalho e da exposição dos riscos para as atividades realizadas.

Saúde e Segurança	2014	2015	2016
Óbitos	0	0	0
Taxa de Absenteísmo	13,97%	14,37%	13,72%
Taxa de Frequência de acidentes com afastamentos - TFCA (*)	3,44	0	3,33
Taxa de Gravidade - TG (*)	24	0	3,33

Gestão de Compras e Fornecedores

Como uma sociedade de economia mista, a Compagas está sujeita à Lei 8.666/93 e à Lei Estadual nº 15.608/2007 do Paraná, que restringe as ações de seleção de fornecedores. A Companhia seleciona seus fornecedores, conforme definições em editais de licitação e cláusulas contratuais, seguindo as legislações trabalhistas, de direitos humanos, fiscal e ambiental. No ano de 2016 passou a vigorar a nova Lei das Estatais, nº 13.303, e a Compagas tem o prazo de até 30/06/2018 para se adequar a todos os quesitos da nova legislação.

Alinhada à legislação que rege os processos administrativos, contratos e licitações, em 2016, a Compagas realizou contratações através das modalidades Concorrência, Tomada de Preços, Pregão Presencial, Pregão Eletrônico e Leilão. No ano, foram realizadas mais de 130 contratações decorrentes dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidade.

Com a utilização dos processos licitatórios, Concorrência, Tomada de Preços, Pregão Presencial e Pregão Eletrônico, a Compagas obteve uma economia de mais de 35% nas contratações, quando comparado o valor orçado e o valor realizado. As demais contratações foram executadas sob orçamento com mínimo de três fornecedores e autorizadas pelo menor preço.

Relacionamento com Clientes e Consumidores

O serviço de atendimento da Compagas é feito de forma eletrônica, através do 0800 643 83 83, e presencial, no Espaço Compagas. Em 2016, a Companhia registrou mais de 34,4 mil contatos telefônicos, mais de 5,6 mil solicitações do Fale Conosco (site Compagas), além dos atendimentos presenciais e através dos canais nas redes sociais, alcançando um total de 47,7 mil manifestos gerados no sistema e um aumento de 13% em relação ao ano de 2015.

As demandas por serviços ou informações financeiras representaram 56% dos contatos, sendo que os clientes residenciais foram os responsáveis por 92% de todas os registros da Central de Atendimento, com uma média de 121 manifestos abertos por dia para o segmento.

O relacionamento da Compagas com seus clientes e consumidores é pautado pela qualidade, segurança e pela melhoria contínua. O atendimento prestado, em especial ao segmento residencial, que representa 98% da base de clientes da Companhia, foi analisado por meio de uma pesquisa de satisfação realizada pela Gerência de Marketing.

Como resultado do ano, o índice de satisfação geral dos clientes foi de 8,5 e o indicador que mede a probabilidade de recomendar a Companhia teve média de 8,6. A imagem da Compagas também foi avaliada nesta pesquisa e recebeu a média 8,8. No total, foram analisados 70 edifícios convertidos no ano, o que representa mais de 2,2 mil unidades domiciliares que passaram a utilizar o gás natural para as principais atividades do dia a dia em 2016.

Relacionamento com a Comunidade

Anualmente, a Compagas destina parte do Imposto de Renda a projetos culturais, desportivos e voltados à infância e adolescência. Em 2016, foram destinados R\$ 290 mil para projetos enquadrados na Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet). Pela Lei de Incentivo ao Esporte, foram destinados R\$ 75,5 mil, através dos recursos destinados ao Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), a Compagas apoiou dois projetos, com um total de R\$ 35 mil, e R\$ 40 mil foram destinados ao projeto do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. A empresa se preocupou em direcionar as ações para as comunidades que estão sob a sua área de atuação geográfica, visando o apoio e a promoção do desenvolvimento sustentável nas regiões onde opera.

Perspectivas para 2017

A Compagas mantém boas expectativas para 2017, não apenas para o desenvolvimento da Companhia, como para o setor de gás natural no mercado nacional. Alguns temas de discussões no segmento são importantes para a Compagas e impactam no dia a dia da empresa, como os avanços das tratativas de renovação do contrato de suprimento de gás natural com a Bolívia e a continuidade das ações de viabilização de novas alternativas de suprimento para o Paraná, como o gás natural liquefeito (GNL) e o biometano. Outros dois temas de grande relevância para o setor que trarão impacto para a distribuidora serão a discussão em âmbito nacional da consolidação do novo modelo de contratação da parcela de transporte do gás natural para o gasoduto Bolívia-Brasil e a continuidade do Programa Gás para Crescer. Este último deve impulsionar novos investimentos no segmento e fortalecer a indústria nacional.

Quanto ao mercado paranaense, em 2017, a Compagas planeja ampliar a sua rede de distribuição nos municípios onde já atua, para atendimento aos segmentos industrial, veicular, comercial e residencial. Com foco no aumento de sua base de clientes, disponibilizará o gás natural para cada vez mais consumidores, com segurança e eficiência operacional. Além disso, a Companhia dará continuidade aos estudos e projetos que visam a busca de novas fontes de suprimento de gás para o Paraná.

Está previsto um investimento de R\$ 25,7 milhões em obras, na contratação de serviços e em outros ativos. O maior montante, de R\$ 14,5 milhões, será destinado à saturação dos mercados urbano e industrial. No ano, a Companhia prevê alcançar uma extensão total de 815 km de rede de distribuição e captar de mais de 3.500 novos consumidores. Com isso, a base de clientes deve crescer mais de 10%.

A Compagas destinará uma verba de R\$ 1,04 milhões para estudos e projetos de viabilidade junto à Copel no plano estratégico de suprimento de gás natural para o mercado paranaense. As empresas estudam a instalação de um terminal de regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) no porto do município de Pontal do Paraná, além da construção de um gasoduto de 130 km de extensão, para interligar o terminal de regaseificação à rede canalizada existente na Região Metropolitana de Curitiba. A intenção da Compagas é ampliar ainda mais este gasoduto, chegando até o Norte do Estado. Essa expansão está ancorada na implantação de três novas usinas termelétricas que a Copel prevê ofertar em leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel): UTE Litoral, UEGA 2 e UTE Sul, cada uma podendo chegar a 500 MW de capacidade instalada.

Mais de R\$ 10 milhões serão destinados às obras que garantem a integridade da rede de distribuição de gás natural no Paraná, a projetos do segmento industrial para a região de Castro, nos Campos Gerais, e à área administrativa da Companhia.

A Compagas acredita que, mesmo em cenários macroeconômicos desfavoráveis, há grandes oportunidades e possibilidades de crescimento, e é por este caminho que a Companhia trilha seu futuro. A administração reconhece que suas ações e decisões são determinantes para a disseminação do uso do gás natural, e destaca a importância da busca incessante por novos mercados para ampliar a presença do gás natural na matriz energética do Paraná. A Compagas investiu e continuará investindo com o objetivo de levar o gás natural a um número cada vez maior de municípios do Estado, aumentando sua competitividade e consolidando-se como importante vetor de desenvolvimento sustentável, social e econômico.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais)							Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais)				
	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
Ativo				Passivo							
Circulante				Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		35.309	29.321	Fornecedores	13	3.884	10.716	Receita líquida - venda de gás e serviços	20	498.705	1.311.830
Contas a receber de clientes	7	64.518	58.504	Contas a pagar partes relacionadas	13	132.984	87.384	Receita de construção	22	25.125	66.833
Contas a receber de partes relacionadas	7	13.774	3.621	Debêntures	19	21.826	18.879	Total da receita líquida		523.830	1.378.663
Estoques	-	2.861	2.118	Imposto de renda e contribuição social a pagar	10	6.438	-	Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	21	(462.162)	(1.242.863)
Impostos a recuperar	9	830	8.720	Impostos a pagar	14	8.148	8.832	Custo de construção	22	(25.125)	(66.833)
Créditos nas operações de venda de gás	8	17.123	441	Provisões trabalhistas e encargos sociais a pagar	-	5.320	6.090	Lucro bruto		36.543	68.967
Despesas antecipadas		438	430	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	16.4	1.176	5.479	Despesas com vendas	21	(19.724)	(15.081)
Outros ativos		439	425	Debitos nas operações de venda e aquisição de gás		141	141	Despesas gerais e administrativas	21	(40.299)	(48.369)
		<u>135.292</u>	<u>103.580</u>	Outros passivos		217	368	Outras receitas operacionais, líquidas		28.912	22.887
						<u>180.134</u>	<u>137.889</u>	Lucro antes das (despesas) receitas financeiras		5.432	28.404
Não circulante				Não circulante				Receitas financeiras	23	6.607	7.199
Aplicações financeiras	6	6.636	6.467	Debêntures	19	39.960	37.341	Despesas financeiras	23	(5.455)	(3.417)
Créditos nas operações de venda de gás	8	10.933	21.346	Benefícios a empregados	18	4.826	4.221			<u>1.152</u>	<u>3.782</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.3	49.181	19.504	Provisão para contingências	15	1.673	724	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		6.584	32.186
Despesas antecipadas		133	153			<u>46.459</u>	<u>42.286</u>	Imposto de renda e contribuição social - corrente	10	(31.377)	(13.932)
Depósitos judiciais	11	2.129	4.469	Patrimônio líquido				Imposto de renda e contribuição social - diferido	10	29.745	4.813
Ativos financeiros da concessão	12.2	83.378	13.638	Capital social	16	220.966	220.966	Lucro líquido do exercício		<u>4.952</u>	<u>23.067</u>
Outros ativos		30	30	Reservas de lucro		79.068	75.292				
Intangível	12.3	238.509	306.708	Ajuste de avaliação patrimonial		(406)	(538)				
		<u>390.929</u>	<u>372.315</u>			<u>299.628</u>	<u>295.720</u>				
		<u>526.221</u>	<u>475.895</u>			<u>526.221</u>	<u>475.895</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2016 (Em milhares de reais)			Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais)							
	2016	2015	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Lucro líquido do exercício	4.952	23.067		Saldos em 31 de dezembro de 2014	135.943	21.238	122.393	-	(1.548)	278.026
Itens que não serão reclassificados para o resultado				Realização da reserva de lucro	85.023	-	(85.023)	-	-	-
Ganho atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	200	1.530		Ganhos atuariais	-	-	-	-	1.530	1.530
Tributos sobre ganho atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	(68)	(520)		Tributos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	(520)	(520)
Resultado abrangente do exercício	5.084	24.077		Lucro líquido do exercício	16	-	-	23.067	-	23.067
				Destinações:						
				. Constituição de reserva legal	16.4	1.153	-	(1.153)	-	-
				. Dividendos obrigatórios				(6.383)	-	(6.383)
				. Constituição de reserva de retenção de lucros			15.531	(15.531)	-	-
				Saldos em 31 de dezembro de 2015	220.966	22.391	52.901	-	(538)	295.720
				Ganhos atuariais	-	-	-	-	200	200
				Tributos sobre ganhos atuariais	-	-	-	-	(68)	(68)
				Lucro líquido do exercício	16	-	-	4.952	-	4.952
				Destinações:						
				. Constituição de reserva legal	16.4	248	-	(248)	-	-
				. Dividendos obrigatórios				(1.176)	-	(1.176)
				. Constituição de reserva de retenção de lucros			3.528	(3.528)	-	-
				Saldos em 31 de dezembro de 2016	220.966	22.639	56.429	-	(406)	299.628

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais)				Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais)			
	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				Receitas			
Lucro líquido do exercício		4.952	23.067	Venda de produtos e serviços		680.768	1.753.893
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:				(-) ICMS - substituição tributária		(5.821)	(4.866)
Depreciação e amortização	12	25.251	21.532	Outras receitas		54.036	89.721
Despesa de imposto de renda e contribuição social	10	1.632	9.119			728.983	1.838.748
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7	3.209	549	Insunsumos adquiridos de terceiros			
Perda para ajuste de preço nas operações de compra de gás		86.647	21.581	Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(355.903)	(1.258.561)
Provisão para contingências	15 e 18	1.029	7.744	Perda / recuperação de valores ativos		(87.479)	(12.378)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures		7.006	5.205	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(27.435)	(26.988)
Variações monetárias sobre ativo financeiro		(1.003)	(688)	Outros		(20.106)	(1.611)
Resultado na baixa do intangível		58	243			(490.923)	(1.299.538)
		<u>128.781</u>	<u>88.352</u>	Valor adicionado bruto		238.060	539.210
Variações nos ativos e passivos				Depreciação e amortização	10	(25.251)	(21.532)
(Aumento) redução de aplicação financeira		(169)	21	Valor adicionado líquido produzido pela entidade		212.809	517.678
(Aumento) redução de contas a receber de clientes e outras		(19.376)	119.817	Valor adicionado recebido em transferência			
(Aumento) redução de estoques		(743)	32	Receitas financeiras	21	6.607	7.214
Redução de impostos a recuperar		7.890	43.334			6.607	7.214
Aumento de créditos nas operações de gás		(92.916)	(38.721)	Valor adicionado total a distribuir		219.416	524.892
Redução de depósitos judiciais		2.340	906	Pessoal			
Redução (aumento) de despesas antecipadas		12	(146)	Remuneração direta		22.201	21.630
Aumento de outros ativos		(14)	(590)	Benefícios		5.598	4.990
Aumento (redução) de fornecedores de gás e contas a pagar		38.768	(154.441)	FGTS		1.619	1.170
(Redução) aumento de impostos a pagar		(616)	10.659			29.418	27.790
(Redução) aumento de obrigações trabalhistas e encargos sociais		(770)	938	Impostos, taxas e contribuições			
Pagamento de acordo judicial	15	(80)	(23.674)	Federais		63.382	169.774
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(24.939)	(20.045)	Estaduais		110.989	272.593
Aumento (redução) de outras contas a pagar		586	(2.465)	Municipais		-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		38.754	23.977			174.371	442.367
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				Remuneração de capitais de terceiros			
Aquisição de ativo intangível	12	(25.847)	(69.593)	Juros, multas e variações monetárias		5.455	27.105
Alienação do intangível	12	-	85	Aluguéis		5.220	4.563
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(25.847)	(69.508)			10.675	31.668
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				Remuneração de capitais próprios			
Dividendos pagos		(5.479)	(15.545)	Dividendos	14	1.176	355
Pagamento de debêntures		(18.804)	(6.214)	Juros sobre o capital próprio		-	6.028
Pagamento de encargos		(6.168)	(4.958)	Lucros retidos		3.776	16.684
Recursos provenientes da emissão de debêntures		23.532	8.633			4.952	23.067
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(6.919)	(18.084)	Valor adicionado distribuído		219.416	524.892
(Redução) aumento líquida(o) de caixa e equivalentes de caixa		5.988	(63.615)				
No início do exercício		29.321	92.936				
No fim do exercício		35.309	29.321				
		<u>5.988</u>	<u>(63.615)</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia Paranaense de Gás - Compagas ("Companhia") é uma sociedade de economia mista constituída em 6 de julho de 1994, com sede na Rua Hasdrúbal Belleiard, 1177, em Curitiba, cuja atividade principal é a exploração do serviço público de fornecimento de gás natural canalizado, conforme estabelecido na Lei Estadual nº 10.856/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do Art. 25 da Constituição Federal.

A Companhia possui um contrato que outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná, com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período mediante requerimento da Concessionária.

O objeto da concessão consiste na exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, para utilização por todos os segmentos do mercado consumidor, seja como matéria prima, seja para geração de energia ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, o Estado do Paraná, e a Companhia será indenizada pelos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão ao valor de reposição depreciado, avaliados por empresa de auditoria independente, determinado com base nos valores a serem apurados à época.

A Companhia iniciou suas operações comerciais em 1º de outubro de 1998 e possui atualmente uma rede de distribuição de 800 km e conta com 176 empregados (172 em dezembro de 2015).

Endividamento operacional

A Companhia monitora permanentemente as necessidades de recursos de curto prazo, visando avaliar riscos à continuidade normal dos negócios. Com base nesse monitoramento, toma ações para a manutenção dos fluxos de caixa para os períodos subsequentes a cada exercício, considerando cenários e premissas baseados em seu julgamento. Atualmente a Companhia está renegociando a dívida com seu principal fornecedor, e também acionista indireto, a Petrobras. A renegociação está sendo tramitada no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía um capital circulante líquido negativo em aproximadamente R\$ 45 milhões, devido substancialmente à discussão do passivo de *take or pay* e de *ship or pay*, relativos ao fornecimento de gás (Petrobrás), conforme comentado anteriormente. Como resultado dessa renegociação, a Companhia busca cumprir plenamente o seu plano de negócios plurianual, incluindo a geração de caixa, com mudança no perfil da dívida com o fornecedor e, se necessário, eventual aporte de capital em montante suficiente e que garanta a continuidade de suas operações.

Dentre os fatores que corroboram o entendimento de que a Companhia tem plena capacidade de manter sua continuidade operacional, os principais são:

- De acordo com o calendário provisório fixado no Termo de Arbitragem, os debates das partes ocorrerão em etapas até a data de 6 de setembro de 2017. Na sequência, todos os demais atos, ainda terão os prazos fixados pelo Tribunal Arbitral. Após encerramento da instrução, as partes deverão apresentar alegações finais (Arbitral de 30 dias). O prazo para prolação da sentença arbitral será de 60 dias, contados das alegações finais, prorrogáveis por igual período. Nesse contexto a Companhia não espera que a exigibilidade do passivo em questão aconteça no curto prazo.

- O Acordo de Acionistas prevê que, cada um dos acionistas, mediante chamamento do Conselho de Administração, compromete-se a subscrever e integralizar o número de ações até o limite do capital autorizado. O limite previsto no estatuto social é de 75 milhões de ações, equivalente a R\$ 493.228. Atualmente já foram subscritas 33.600 milhões de ações, equivalentes a R\$ 220.966. Neste sentido, a acionista controladora, Copel, se compromete e tem intenção de aportar as chamadas de capital, que eventualmente seriam necessárias para manter o equilíbrio econômico financeiro da Companhia.

Considerando o exposto e de acordo com a base contábil de continuidade operacional, a Companhia reafirma que as demonstrações contábeis são elaboradas com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível e, portanto a Administração entende que a entidade será capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A autorização pela diretoria da Companhia para a emissão das informações financeiras em 31 de dezembro de 2016 ocorreu em 22 de fevereiro de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio de resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 12-Ativos financeiros da concessão e intangível;
- Nota explicativa 15 - Provisão para contingências;
- Nota explicativa 18 - Benefícios a empregados;
- Nota explicativa 24 - Instrumentos financeiros.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita

(i) Receita de prestação de serviços

As receitas representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, deduzida de quaisquer estimativas, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao comprador, se aplicável.

Mais especificamente, a receita de venda de gás é reconhecida quando o produto é entregue ao cliente.

(ii) Receita e custo de construção

As receitas e custos de construção, cuja evidência se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC01, foram reconhecidos conforme CPC30 - Receitas, que orienta o reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis, esclarecendo que quando não é possível efetuar estimativa confiável sobre a realização do ativo, somente deve ser reconhecido o ativo até o montante considerado provável de realização. A orientação

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, debêntures e outras contas a pagar. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

d. Ativos circulantes e não circulantes

(j) Ativos financeiros de concessão

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 e a Orientação OCPC 05, ambas sobre Contratos de Concessão, o contrato da Compogas se enquadra no modelo bifurcado, onde parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo poder concedente, ao final da concessão. Esse modelo prevê o reconhecimento de ativo financeiro e ativo intangível.

A Companhia reconhece como ativo financeiros a parcela que será indenizada pelo poder concedente correspondente aos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão prevista em contrato e que, no entendimento da Administração assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão.

Esses ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a premissa da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como "disponíveis para venda".

(iii) Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os materiais em estoque que são classificados no ativo circulante são os destinados para manutenção e os de expediente, os materiais destinados a obras são classificados no ativo intangível em curso - materiais em depósito não são amortizados.

(iv) Intangível

Contrato de concessão

A Companhia reconhece como intangível, conforme determina o ICPC 01, os valores relativos à construção de infraestrutura e aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, que corresponde ao direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, conforme divulgado na nota explicativa 12. Adicionalmente, para fins de divulgação, os valores relativos a construção de infraestrutura e aquisição de bens são considerados como prestação de serviços ao Poder Concedente.

O ativo intangível é avaliado inicialmente pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A Companhia utiliza o método de amortização linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, considerando o padrão de benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis, conforme mencionado na nota explicativa 12.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

(j) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

(iii) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

São instrumentos financeiros cujo reconhecimento inicial é efetuado com base no valor justo e sua variação, proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva, é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, é registrada no resultado do exercício. No momento da liquidação, as perdas ou os ganhos acumulados no patrimônio líquido são reclassificados no resultado do exercício.

(iv) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e intangível são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$ 240 para imposto de renda, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de fechamento das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

g. Provisão

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é mais provável que não que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

h. Benefícios a empregados

(j) Planos de contribuição definida

Plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

O plano previdenciário chamado de "Plano III" é caracterizado pela acumulação de poupança na fase de atividade dos indivíduos, com reversão da poupança em renda no momento do direito a conquista do direito aos benefícios.

(ii) Plano assistencial

O plano assistencial chamado de "Pró-saúde" é caracterizado pelo custeio mensal da patrocinadora e empregados, calculado de acordo com o regime de repartição anual, com características de transferência de custeio intergeracional, com avaliação de passivo a longo prazo para o período de pós emprego.

4 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- Iniciativa de Divulgação - "Alterações ao CPC 26/IAS7"** - As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações contábeis entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxo de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"** - Aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.
- IFRS 15 - "Receita de contratos com Clientes"** - O princípio fundamental da nova norma é que as empresas reconheçam a receita para retratar a transferência de bens ou serviços a clientes nos montantes que refletem a contraprestação (ou seja, o pagamento), ao qual a empresa espera ter direito em troca de tais bens ou serviços. O novo padrão também irá resultar em divulgações sobre a receita, fornecer orientações para as operações que não foram previamente tratados de forma abrangente (por exemplo, a receita de serviços e contratos de modificações) e melhorar a orientação para contratos de vários elementos. Em maio de 2014 o IASB emitiu o IFRS 15, com vigência a partir dos períodos anuais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2017.
- IFRS 16 - "Arrendamentos"** - Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter o reconhecimento do passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - Leases e correspondentes interpretações.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que impactem as demonstrações da Companhia de forma relevante, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e bancos	630	887
Aplicações financeiras		
Fundos de investimento	2.331	15.517
CDBs	32.348	12.917
	<u>35.309</u>	<u>29.321</u>

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em ativos de renda fixa - CDBs, e fundos de investimento referenciados à taxa DI, distribuídas entre o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos e atendem os requisitos de diversificação, rentabilidade e segurança estabelecida pela Administração. A taxa acumulada do CDI em 31 de dezembro de 2016 é de 13,63% (13,18% em 31 de dezembro de 2015).

6 Aplicações financeiras

	2016	2015
Fundos de investimento	6.636	6.467
	<u>6.636</u>	<u>6.467</u>

Ativo circulante - -
Ativo não circulante 6.636 6.467

Aplicações no montante de R\$ 6.495 em fundos de investimento junto ao Banco Itaú, em conta reserva vinculada ao contrato de debêntures firmado com o BNDES desde 2014, conforme nota explicativa 19.

7 Contas a receber de clientes

	2016	2015
Distribuição de gás canalizado	83.216	63.920
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.924)	(1.795)
	<u>78.292</u>	<u>62.125</u>

Contas a receber de clientes 64.518 58.504
Contas a receber de partes relacionadas 13.774 3.621

O prazo médio de recebimento de clientes é de 30 a 45 dias. A movimentação da provisão ocorreu da seguinte forma:

	2016	2015
Saldo no início do exercício	(1.795)	(1.310)
Constituição de provisão no exercício	(3.209)	(549)
Valores recuperados durante o exercício	80	64
Saldo no fim do exercício	<u>(4.924)</u>	<u>(1.795)</u>

As contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento:

	2016	2015
A vencer	44.934	58.038
Vencidos até 60 dias	18.141	4.007
Vencidos de 61 até 180 dias	1.104	850
Vencidos acima de 181 dias (*)	19.037	1.025
	<u>83.216</u>	<u>63.920</u>

(*) Valor referente, substancialmente, às faturas emitidas para cliente do segmento termo-elétrico as quais foram recebidas em janeiro de 2017.

8 Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

	2016	2015
Créditos de "Take or Pay"-Gás (*)	10.933	21.346
Créditos de "Ship or Pay"-Gás(*)	89.640	36.107
(-) Impairment - Ship or pay(*)	(89.640)	(36.107)
Créditos nas operações de venda de gás	<u>17.123</u>	<u>441</u>
Total	<u>28.057</u>	<u>21.787</u>

Ativo circulante 17.123 441
Ativo não circulante 10.933 21.346

(*) Refere-se ao contrato de aquisição de gás junto à Petrobras, relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, e contém cláusula de compensação futura. A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido num prazo prescricional de até 10 anos. Este saldo é corrigido mensalmente, atualizando o valor de recuperação. De acordo com as disposições contratuais e perspectivas de consumo, decorrente da revisão dos projetos e cenários para os próximos anos, a Companhia efetuou ajuste de valor recuperável (impairment) do crédito de Ship or Pay a compensar.

No ano de 2016 houve a cobrança de Take or Pay e Ship or Pay decorrente de volume consumido abaixo do contratado motivado pela retração do mercado consumidor. Considerando o plano de expansão da Companhia e as perspectivas de aumento de consumo pelo mercado, a Administração entende que a compensação do volume de gás acumulado até 31 de dezembro de 2016 será efetuada parcialmente. Abaixo apresentamos as estimativas de valores de compensação anuais, para o saldo do Take or Pay do ativo não circulante:

Ano	Valor a compensar - TOP(*)
2018	362
2019	451
2020 a 2024	<u>10.120</u>
	<u>10.933</u>

(*) Contempla os valores de Take or Pay(TOP) registrados na rubrica de depósitos judiciais.

9 Impostos a recuperar

	2016	2015
IRPJ e CSLL a compensar	-	6.113
IRRF a compensar	830	975
ICMS	-	420
Pis a compensar	-	216
Cofins a compensar	-	996
Total	<u>830</u>	<u>8.720</u>

Os saldos de IRPJ e CSLL a compensar são provenientes dos recolhimentos efetuados pelo critério de estimativa mensal e o saldo de IRRF a compensar é proveniente da tributação dos rendimentos de aplicações financeiras.

10 Imposto de renda e contribuição social

10.1 Resultado do exercício(despesa)/receita

	2016	2015
Imposto corrente		
Imposto de renda	(22.789)	(10.120)
Contribuição social	(8.588)	(3.812)
	<u>(31.377)</u>	<u>(13.932)</u>
Imposto diferido		
Imposto de renda	21.871	3.539
Contribuição social	7.874	1.274
	<u>29.745</u>	<u>4.813</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(1.632)</u>	<u>(9.119)</u>

10.2 Demonstração do cálculo da despesa com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL:

	2016	2015
IRPJ		
CSLL		
IRPJ		
CSLL		
Descrição:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.584	6.584
Adições e exclusões permanentes		
Contribuições, doações e patrocínio	1.359	1.359
Operações de venda de gás (impairment)	86.646	86.646
Outros	838	838
Total	<u>95.427</u>	<u>95.427</u>
Alíquota	25%	25%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	<u>(23.857)</u>	<u>(23.857)</u>

Benefícios Fiscais (Lei Rouanet, FDCA e etc) 1.068 - 470 -

Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado (22.789) (8.588) (10.120) (3.812)
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado (21.871) 7.874 3.539 1.274
Total (918) (714) (6.581) (2.538)

10.3 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos tem a seguinte composição:

	2016	2015
Ativo:		
Provisão atuarial	4.826	4.221
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	1.764	728
Provisão de créditos nas operações de aquisição gás	139.751	53.104
Base do crédito fiscal diferido ativo	<u>146.341</u>	<u>58.053</u>
Imposto de renda diferido ativo	36.585	14.513
Contribuição social diferida ativa	13.171	5.225
Subtotal	<u>49.756</u>	<u>19.738</u>

Passivo:
Atualização monetária ativo financeiro (1.691) (688)
Base do passivo fiscal diferido (1.691) (688)

Imposto de renda diferido passivo (423) (172)
Contribuição social diferida passiva (152) (62)
Subtotal (575) (234)

IRPJ e CSLL sobre adições temporárias - líquido 49.181 19.504

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos serão realizados de acordo com as expectativas da Administração, conforme segue:

	2016	2015
2017	420	238
2018 a 2019	47.901	10.797
2020 a 2021	860	8.459
	<u>49.181</u>	<u>19.504</u>

Os créditos reconhecidos sobre diferenças temporárias estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros e consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro. O valor (receita) dos impostos diferidos registrado no resultado em 31 de dezembro de 2016 foi R\$ 29.471(R\$ 4.813 em 31 de dezembro de 2016).

11 Depósitos judiciais

	2016	2015
Cíveis	39	-
Fornecedores (*)	1.938	4.286
Trabalhistas	153	183
	<u>2.129</u>	<u>4.469</u>

(*) Contempla os valores de Take or Pay (TOP) liquidados através de depósitos judiciais em decorrência da discussão de nominação do gás contratado pela Compogas nos três city gates em operação.

12 Ativos de concessão - ativo financeiro e ativo intangível

12.1 Ativos de concessão

Com base nas características estabelecidas no contrato de distribuição de gás natural canalizado, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de gás natural, abrangendo:

(a) Parcela dos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão-reconhecida como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível devido a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de gás natural pelos consumidores.

	Líquido			
	Custo	Amortização	2016	2015
Ativo intangível de concessão				
Em serviço	366.694	(168.421)	198.273	187.609
Em formação	40.236	-	40.236	119.099
Total do intangível	<u>406.930</u>	<u>(168.421)</u>	<u>238.509</u>	<u>306.708</u>
Ativo financeiro indenizável da concessão	83.378	-	83.378	13.638
Total do ativo de concessão e intangível	<u>490.308</u>	<u>(168.421)</u>	<u>321.887</u>	<u>320.346</u>

12.2 Ativos financeiros da concessão

De acordo com o Contrato de Concessão, há a previsão de reembolso dos investimentos realizados nos últimos dez anos anteriores ao término da concessão pelo seu valor de reposição depreciado, o que configura um reconhecimento de ativo financeiro.

Os valores calculados para composição do ativo financeiro estão apresentados a seguir:

	Saldo em 2016	Movimentações - 2016			Saldo em 2015
		Adições	Transferências	Baixas	
Parcela dos bens indenizáveis ao final da concessão	83.378	1.003	68.737	-	13.638
Total do ativo intangível	<u>83.378</u>	<u>1.003</u>	<u>68.737(*)</u>	<u>-</u>	<u>13.638</u>

(*) Transferência do ativo intangível

CONTINUAÇÃO >>>

Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social.
A composição acionária em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

Participação	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Companhia Paranaense de Energia-Copel	51,00%	5.712.000	11.424.000	17.136.000
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Total	100,00%	11.200.000	22.400.000	33.600.000

16.2 Reserva legal
O estatuto social determina que 5% do lucro líquido será aplicado na constituição da reserva legal, conforme trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado.

16.3 Reserva de retenção de lucros
A reserva de retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente do lucro de exercício, com base na proposta da Administração para atender ao plano de investimentos da companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido a Assembleia Geral.

Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

16.4 Dividendos
De acordo com o Estatuto Social (Artigo 35), aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício. Para o período findo em 31 de dezembro de 2016, não foram distribuídos dividendos antecipados.

A distribuição de lucros aos acionistas é demonstrada como segue:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	4.952	23.067
Reserva legal	(248)	(1.153)
Dividendos propostos pela Administração	1.176	355
Juros sobre capital próprio	-	6.028
(-) IRRF - JCP	-	(904)
Valor total dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.176	5.479
Participação do dividendo/JCP no Lucro após reserva legal	25,0%	25,0%

Conforme Lei 9.249/95 os juros sobre o capital próprio foram computados aos dividendos mínimos obrigatórios e contabilizados como despesas financeiras em conformidade com as normas contábeis. Para efeito de demonstração, esses juros foram eliminados das despesas financeiras e estão sendo apresentados na conta de reservas de lucros em contrapartida do passivo circulante.

16.5 Lucro por ação
O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ação em tesouraria que diluiu o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2016	2015
Lucro líquido do período/exercício atribuído aos acionistas da Companhia R\$	5.482	23.067
Ações ordinárias	11.200	11.200
Ações preferenciais	22.400	22.400
Total de ações preferenciais e ordinárias	33.600	33.600
Lucro/ação R\$	0,15	0,69

17 Transações com partes relacionadas

17.1 A Companhia efetuou transações com partes relacionadas e os principais saldos estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada / natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Controlador						
Companhia Paranaense de Energia - Copel	-	-	664	2.794	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-
Entidades com influência significativa						
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	-	-	319	1.342	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	136	(183)	(284)
Reembolso de salários	-	-	-	-	-	-
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	-	-	319	1.342	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	123	(522)	(284)
Reembolso de salários	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	28.056	21.787	-	-	-	-
Ship/Take or Pay	-	-	132.984	87.384	(325.268)	(1.175.864)
Aquisição de gás para revenda	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviço de transporte	-	-	-	-	-	-
Petrobras Distribuidora S.A. - Petrobras	-	-	-	-	-	-
Receita com venda de gás	469	401	-	-	11.687	10.897
Outras receitas	-	-	-	-	12	8
Petrobras Distribuidora S.A. - BR Asfaltos	-	-	-	-	-	-
Receita com venda de gás	23	15	-	-	708	596
UEG Araucária Ltda.	-	-	-	-	-	-
Receita com venda de gás	13.281	3.205	-	-	33.190	1.049.268
Outras receitas	-	-	-	-	20.301	10.976
Copel Distribuição S.A.	-	-	-	-	-	-
Consumo de energia elétrica	-	-	-	-	(298)	(345)
Copel Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	-	-
Rede conexão / internet	-	-	-	-	(143)	(132)
BNDES* e BNDESPAR	-	-	61.786	56.220	(2.883)	(3.347)
Financiamentos	-	-	-	-	-	-

(*) O BNDES é subsidiária integral do BNDES Participações que é acionista da Copel.

17.2 Remuneração dos Administradores
A ata da 87ª Assembleia Geral Extraordinária de 19 de abril de 2016, fixou para o ano de 2016 o montante para remuneração anual dos Administradores de R\$2.686(R\$ 2.382 em 2015) e para remuneração anual do Conselho Fiscal o montante de R\$ 198 (R\$ 224 em 2015).

18 Benefícios a empregados

Os programas de benefícios pós-emprego da Companhia, podem ser classificados em dois programas específicos.

- Plano de benefício assistencial
- Plano de benefício previdenciário

Balanco patrimonial e resultado do exercício

O valor provisionado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 4.826 (R\$ 4.221 em 2015) conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Plano de previdência	Plano de assistência saúde	2016	2015
Valor presente das obrigações totais	29.983	4.826	34.809	26.705
Valor justo dos ativos	(29.983)	-	(29.983)	(22.484)
Obrigação a descoberto	-	4.826	4.826	4.221

18.1 Plano de benefício previdenciário
O plano previdenciário, chamado de "Plano III", é um plano de contribuição definida(CD) do tipo misto, caracterizado pela acumulação de poupanças durante a fase de atividade dos indivíduos e pela reversão da poupança em renda vitalícia no momento da conquista do direito aos benefícios. O cálculo do passivo de longo prazo atribuído à responsabilidade da Companhia é gerado apenas a partir da concessão do benefício e em 31 de dezembro de 2016, data do último cálculo atuarial, não há valor a ser reconhecido.

Os valores de (ganho) perda reconhecidos no demonstrativo de resultado abrangente estão resumidos a seguir:

	2016	2015
Plano de assistência saúde	(200)	(1.530)
Plano de de previdência (CD)	-	-
	(200)	(1.530)

18.2 Plano de benefício assistencial
O plano assistencial que entrou em vigor a partir de abril de 2002, trata-se de um plano de saúde aos empregados e seus dependentes, denominado "Plano Pró-Saúde", que é custeado por contribuições mensais da patrocinadora e dos empregados, calculadas de acordo com os custos respectivos no regime de repartição anual.

18.2.1 Movimentação no valor presente das obrigações do Plano de Assistência saúde

	2016	2015
Obrigações do plano benefício definido em 1 de janeiro	4.221	4.844
Custo do serviço corrente e juros	803	907
(Ganho)/perda atuarial	(200)	(1.530)
	4.826	4.221

18.2.2 Componentes da despesa/(receita) do plano (Pró-saúde)projetada

	2016	2015
Custo do serviço	167	140
Custo dos juros	291	670
	458	810

Premissas utilizadas nos cálculos atuariais:

Dados populacionais	2016	2015
Ativos		
Número de participantes ativos:	163	163
Idade média em anos:	42,24	41,17
Serviço creditado total	8,68	7,88
Tempo para aposentadoria	14,73	15,59
Renda média em R\$	9.127,20	7.823,09
Aposentados		
Número de participantes aposentados:	1	1
Idade média em anos:	55,73	54,78
Benefício médio em R\$	1.262,49	1.172,98
População total	164	164
Hipóteses econômicas		
Taxa de anual de juro atuarial real (Duration)	5,87	7,28%
Taxa anual de inflação projetada	5,15	6,80%
Taxa anual de evolução salarial	2,00	2,00%
Taxa anual de evolução custos médicos	1	2,00%
Taxa real de evolução de benefícios	0	0,00%
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0	0,00%
Fator de capacidade (benefícios e salários)	97,50	96,60%
Hipóteses atuariais		
Taxa de rotatividade		0,0%
Tábuas de mortalidade de ativos e inativos		AT-2000 (-10%)
Tábuas de mortalidade de inválidos		Winklevoss
Tábuas de invalidez		A.VINDAS
% de casados na data de aposentadoria		80%
Diferença de idade entre homens e mulheres		Real (ou 4 anos)

19 Debêntures

Características: Debêntures simples, com série única, em emissão privada, com colocação exclusiva para a BNDESPAR, no valor de R\$ 62.626 e R\$ 33.620. Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 1, na quantidade de 62.626 e 33.620 e o valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

Emissão	Data de emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	2016
			Inicial	Final			
1ª	16.12.2013	40	15.09.2015	15.12.2018	T.JLP+1,7%a.a.+1%a.a.	62.626	18.122
2ª	16.06.2014	40	15.09.2015	15.12.2018	T.JLP+1,7%a.a.+1%a.a.	62.626	8.089
3ª	21.10.2014	40	15.09.2015	15.12.2018	T.JLP+1,7%a.a.+1%a.a.	62.626	6.514
4ª	27.04.2015	40	15.09.2015	15.12.2018	T.JLP+1,7%a.a.+1%a.a.	62.626	5.293
1ª	15.04.2016	54	15.07.2017	15.12.2021	T.JLP+2,17%a.a.	33.620	11.966
2ª	15.04.2016	54	15.07.2017	15.12.2021	SELIC+2,17%a.a.	33.620	11.902
							61.786

Encargos financeiros	Garantia	Garantidora	Agente fiduciário
Juros pagos trimestralmente	Flutuante	Compagas	BNDES Participações S.A BNDESPAR

Finalidade
Financiar o plano de investimentos da emissora.

Mutação dos debêntures	Circulante	Não circulante	2016	2015
Saldo anterior	18.879	37.340	56.220	53.554
Ingressos	-	23.532	23.532	8.633
Encargos	7.006	-	7.006	5.204
Transferências	20.912	(20.912)	-	-
Amortização - principal	(18.804)	-	(18.804)	(6.214)
Pagamento - encargos	(6.168)	-	(6.168)	(4.958)
Total	21.826	39.960	61.786	56.220

19.1 Covenants
A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alienar ou onerar bens integrantes do ativo da Companhia, sujeitos a registro de propriedade; ocorrência de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação ou decretação de falência da Companhia; alteração da estrutura societária da Companhia sem a prévia e expressa anuência da BNDESPAR; mudança no objeto social da Companhia sem a prévia e expressa anuência da BNDESPAR. O descumprimento destas condições poderá implicar no vencimento antecipado das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos Covenants previstas nos contratos de debêntures.

20 Receita operacional líquida- venda de gás e serviços

	2016	2015
Receita de vendas de gás	680.768	1.753.893
Impostos sobre vendas	(182.063)	(442.063)
Receita operacional líquida	498.705	1.311.830

21 Custos e despesas por natureza

	2016	2015
Locações	(5.220)	(4.563)
Compra de gás natural	(325.268)	(1.175.864)
Distribuição de gás	(87.995)	(23.249)
Pessoal	(32.778)	(30.586)
Despesas gerais	(17.925)	(25.221)
Materiais	(1.448)	(1.608)
Serviços de terceiros	(22.938)	(20.886)
Tributos e taxas fiscais	(3.362)	(2.804)
Amortização	(25.251)	(21.532)
	(522.185)	(1.306.313)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(462.162)	(1.242.863)
Despesas administrativas	(40.299)	(48.369)
Despesas com vendas	(19.724)	(15.081)
	(522.185)	(1.306.313)

22 Receitas e custos de construção

A Companhia não tem a construção de gasodutos como atividade fim e não auferiu receitas decorrentes desta operação. Para a construção de gasodutos a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, deste modo a construção se apresenta integralmente para a Companhia como um encargo contratual de colocação de ativos à disposição para a execução do objeto da exploração dos serviços de distribuição de gás natural.

	2016	2015
Receitas de construção	25.125	66.833
Custos de construção	(25.125)	(66.833)
Resultado líquido	-	-

23 Despesas e receitas financeiras

	2016	2015
Rendimento de aplicações financeiras	4.244	4.854
Despesas financeiras (*)	(5.455)	(3.432)
Juros e outras	2.363	2.360
Resultado financeiro líquido	1.152	3.782

(*) Capitalização de juros efetuada no período.

24 Instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de mercado
- Risco de liquidez

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a caixa e equivalentes de caixa, clientes, fornecedores e debêntures.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 referentes a caixa e equivalentes de caixa, clientes, contas a receber e fornecedores se aproximavam dos valores de mercado em razão de suas características e condições comerciais pactuadas.

Os ativos financeiros e passivos financeiros estão mensurados a valor justo de acordo com o nível 2, sem nenhuma mensuração no nível 3.

Categoria de instrumentos financeiros

	2016	Valor contábil 2015
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis	35.309	29.321
Caixa e equivalentes de caixa	78.292	62.125
Clientes	-	-
Mantidos para negociação	-	-
Aplicações financeiras	6.636	6.467
Ativos financeiros da concessão	83.378	13.638
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros	-	-
Fornecedores - aquisição de gás	132.984	87.384
Debêntures	61.786	56.220
Outros fornecedores	3.884	10.716

25 Fatores de risco

25.1 Risco de crédito

Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Compagas.

	2016	Valor contábil 2015
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (i)	35.309	29.321
Clientes (ii)	78.292	62.125
	113.601	91.446

(i) Caixa e equivalentes de caixa